



Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Algarve

Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal de  
Loulé  
Praça da República  
  
8100-951 Loulé

**Sua Referência****Sua Comunicação****Nossa referência**

Procº nº 16.04.01.01.00001.2015  
Entrada nº  
Ofício nº S05358-201612-GFC

ASSUNTO: **POAlgarve21 - FEDER**

**Envio do Relatório Final da Ação de Controlo Interno**

**Projeto nº ALG-01-0450-FEDER-000001**

Na sequência da realização da ação de controlo interno ao projeto acima referido, foi submetido ao exercício de audiência prévia a 10.11.2016, através de email, o respetivo projeto de relatório elaborado pela empresa de auditoria BDO & Associados, SROC, Lda.

Não tendo sido apresentadas alegações em sede de contraditório, enviamos, em anexo, cópia do relatório final, aprovado a 07.12.2016.

Mais se adianta, que no relatório em questão não foram identificadas despesas não elegíveis.

Com os melhores cumprimentos,

O Gestor do POALgarve21

Francisco Serra

AA

1/1



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

PLANEAMENTO  
E INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro • Portugal  
Tel: +351 289 895 200 • Fax: +351 289 895 299  
E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt

2016/12/28


**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE**
**PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE - PO ALGARVE 21 - FEDER**
**AÇÃO DE CONTROLO INTERNO - RELATÓRIO DE AUDITORIA**
**DESPACHO**

Visto. Concedo em o teor do presente relatório solicitando as conclusões expressas no ponto V propondo o seu estudo por:

- obediência;
- o ST do PO Algarve 21.

Helena Viegas 06.12.2016

Concordo q o  
propósito.

*[Assinatura]*

(07.12.2016)

**Francisco Serra**  
 Presidente da CCDR Algarve

**I. INTRODUÇÃO - ÂMBITO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**Objetivos da Ação de Controlo:** O trabalho realizado teve em vista dar cumprimento ao disposto na alínea b) do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11/06 e o art.º 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 12/06, e tem como objetivo verificar a conformidade dos circuitos e procedimentos de gestão estabelecidos entre o órgão de gestão e o Beneficiário, e a regularidade e legalidade da execução dos projetos - nas suas componentes administrativa, financeira, técnica e física - com as normas comunitárias e nacionais aplicáveis.

**Metodologia Utilizada:** Para a realização da presente ação de controlo, no âmbito do Plano Anual de Controlo 2013-2015 da Unidade de Controlo Interno da Autoridade de Gestão (AG), tivemos em consideração a legislação e demais documentação aplicável, nomeadamente, o Manual de Procedimentos do POAlgarve21, o Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, Regulamentos Comunitários, Regulamento Específico da medida, Avisos de Candidatura e outras normas e orientações emitidas. Foram realizados testes de controlo e substantivos junto da entidade Gestora e junto do Beneficiário, tendo sido verificados os procedimentos e toda a documentação relacionada com a operação. O controlo abrangeu 6 documentos de despesa, no montante total de 805.742,80 €, que representam 39% das despesas de investimento realizadas entre 30jun09 e 26fev10.




**II - CARATERIZAÇÃO DO PROJECTO**
**Beneficiário:** Município de Loulé

**Denominação da Operação:** Beneficiação da E.N. 125 de Almancil

**Descrição Sumária da Operação:** O presente projeto encontra-se em execução, tem por objetivo requalificar/beneficiar as Avenidas 5 de Outubro e Duarte Pacheco, troço da EN125 que atravessa a Vila de Almancil, via de reconhecida importância, que estrutura as de distribuição intra-regional, assegurando a interligação do sistema urbano polinucleado regional do litoral. Apresenta-se, igualmente como uma das principais via rodoviária de ligação entre o Aeroporto internacional de Faro e a vila de Almancil, e a toda a envolvente turística que se desenvolveu na sua periferia (Quinta do Lago, Vale do Lobo) onde se situam alguns dos melhores equipamentos turístico da região, amplamente conhecidos a nível nacional e internacionalmente.

**Data Prevista Início Operação:** 04mai09

**Data Efetiva Início:** 29mai09

**Data Prevista Conclusão Operação:** 31ago14

**Data Efetiva Conclusão Operação:** 18dez15

**Código da Operação:** ALG-01-1450-FEDER-000001

**Eixo Prioritário:** 1

**Investimento Realizado:** 2.068.523,00 €

**Área de Intervenção:** Acessibilidades e Mobilidades

**Investimento Realizado Elegível:** 2.067.560,86 €

**Investimento Elegível Aprovado:** 2.248.420,00 €

**Taxa de Comparticipação:** 65%

**Comparticipação FEDER Aprovada:** 1.461.473,00 €

**III - LOGÍSTICA DA AUDITORIA**
**Início da Auditoria:** 28set16

**Conclusão da Auditoria no Beneficiário:** 05out16

**Data da Visita ao Beneficiário:** 04out16

**Equipa de Auditoria:** António Carvalho Barros / Cláudio Antunes Calção

**IV - ASPETOS RELEVANTES DE AUDITORIA**

A presente Operação encontra-se encerrada.

O Beneficiário não utilizou a conta bancária específica definida no Contrato de Financiamento para o pagamento das despesas, contudo procedeu ao ressarcimento das despesas em causa, através de transferência da conta bancária específica para a conta geral utilizada no pagamento aos fornecedores, conforme disposto no nº 2 da cláusula quarta do Contrato de Financiamento. Apesar desta obrigatoriedade estar prevista no contrato de financiamento que foi celebrado, foi efetuada alteração em 21fev14 à cláusula 4ª do Contrato, conforme deliberação da Comissão Diretiva do PO Algarve21, segundo a qual a criação da conta bancária específica deixa de ser exigível.

**V - LIMITAÇÕES, ANOMALIAS E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA - BENEFICIÁRIO**
**Ajustamentos  
de Auditoria  
(euros)**

**1. Submissão dos Pedidos de Pagamento:** Da análise aos pedidos de pagamento nº 1 e 2 e 2 e 3, cujas datas de submissão no SIGA.21 foram 18dez12 e 18out13 e 18out13 e 30nov15 respetivamente, verificamos que o período entre a apresentação dos pedidos de pagamento foi superior a 3 meses, contrariando assim o disposto na alínea o) da cláusula 7ª da Adenda ao Contrato de Financiamento e no Manual de Procedimentos.

**Recomendação:** Os prazos definidos no Contrato de Financiamento deverão ser respeitados pelo Beneficiário.







<p><b>2. Amortização do Imobilizado:</b> As despesas relacionadas com a componente Construção permanecem contabilizadas em Imobilizado em Curso à data da presente ação de controlo, pelo que os ativos imobilizados não foram ainda amortizados e o subsídio para investimento recebido não tem sido imputado a proveitos do exercício na proporção das amortizações. Porém, o investimento de requalificação das Avenidas 5 de Outubro e Duarte Pacheco encontra-se fisicamente concluído desde 18dez15, conforme auto de receção provisória e homologação em 23dez15.</p> <p><b>Recomendação:</b> Os investimentos devem ser reclassificados de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo de bens de domínio público, e devem ser amortizados de acordo com a taxa de amortização utilizada pelo Beneficiário e de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, uma vez que já se encontram fisicamente concluídos. Os subsídios ao investimento devem ser imputados a proveitos do exercício proporcionalmente ao custo com as amortizações.</p>	-
<b>Total dos Ajustamentos Aumento/(Redução)</b>	-

VI - QUADRO RESUMO DE CÁLCULO DA COMPARTICIPAÇÃO E AJUSTAMENTOS DE AUDITORIA	(euros)
1. Investimento Realizado pelo Beneficiário	2.067.560,86
2. Investimento Verificado pela BDO (39%)	805.742,80
3. Ajustamentos BDO ao Investimento Verificado	-
4. Investimento Realizado a Participar	2.067.560,86
5. Participação FEDER Paga (data de corte: 21jun16)	1.323.208,98
6. Ajustamento BDO à Participação FEDER das Despesas Verificadas	-
7. Valor Total da Participação FEDER Após Ajustamento $((1 + 3) \times \text{Taxa de Participação})$	1.343.914,56
8. Adiantamentos / Pagamentos Efetuados	1.323.208,98

Faro, 05 de outubro de 2016

BDO a *Assinatura*  
 A Administração, SROC

